

A insuficiência do conceito de ambiente em meios onde o meio é ambiente

Luiz Renato D'Agostini*

Resumo

À noção de ambiente como entorno físico do vivente é contraposta a noção de ambiente abstrato, que só emerge de relações com significação ao ser consciente. A expressão meio-ambiente é apontada como produto de linguagem orientada por uma visão dicotômica da relação humano-natureza. Há muito foi apontado que confundir justiça com direito por força de lei tem possibilitado aos mais fortes sustentar situações injustas; aponta-se agora que, analogamente, não distinguir ambiente de meio dificulta lidar com a questão ambiental.

Palavras chave: ambiente, conceito.

Abstract

The notion of environment as physical surrounding of the living confronts the notion of abstract environment, which emerges only from relations that are meaningful to the aware being. Long since has been suggested that confusing justice with legal rights makes possible to the strongest to sustain unfair situations; analogously we suggest that not distinguishing environment from surroundings makes difficult to deal with environmental issues.

Key words: environment, concept.

* Universidade Federal de Santa Catarina – 0xx483315429 – (dagostin@mbox1.ufsc.br).

Introdução

Ambiente, natureza, meio-ambiente... são termos comumente tomados com um mesmo significado, e em especial quando para fazer referência às implicações de ações humanas sobre componentes do meio. Dada a relevância das inquietações e de boas intenções que levam ao crescente uso dessas palavras, que até em dicionários são tomadas como sinônimos, pouco significaria pretender distingui-las se nada se puder fazer em favor das inquietações que, verbalizadas, têm produzido uma homogeneização de seus significados. Todavia, como lembra Comte-Sponville (1998 p.213), "a boa-fé exclui a mentira, não o erro"; e uma suficiente distinção de significados desses termos pode mesmo ser uma condição necessária para o que está pretendido em seu crescente uso. O objetivo neste texto é, assim, apontar como uma insuficiência de significado da expressão *meio-ambiente* pode ser importante à não emergência de ambiente suficiente à sustentação de uma pressuposição de crescente consciência ambiental.

Sobre o conceito de ambiente

Ambiente é muito mais produto de interessantes estados de consciência em um lugar, do que um lugar interessante que alguns pressupostos mais conscientes gostariam de manter em certo estado. E como aponta o neurofisiologista Damásio (1996, p.279), consciência não é exclusividade humana. A presa que não percebe a presença do predador à espreita pode estar vivendo um bom ambiente, independentemente do ambiente que no mesmo meio vivem o predador e outras consciências mais agudas que antecipam o iminente ambiente que a presa pode viver. E a presa que desnecessariamente teme estar muito próxima do predador vive um mau ambiente, mesmo que o predador não esteja presente. O meio é dado; o ambiente emerge.

Pretender inferir sobre a qualidade de ambiente a partir da concretude e estado de componentes do meio, donde ambiente pode emergir, equivale a avaliar a dor de uma saudade pela

distância, ou pela dificuldade de percorrê-la. Ambiente é, assim como a saudade, produto de relações entre componentes de meios e com significação à consciência que permite a noção de meio, e de lugar. Meio é condição à emergência de ambiente; ambiente investe de significação um lugar. Meio é sede de relações interessantes, mas também de relações que nem sempre produzem ambientes, mesmo que sejam relações fundamentais à sustentação do meio propício à emergência de ambiente. Perceber ambiente como o entorno físico do vivente é não perceber que a supressão de todos os sentidos, que impossibilitaria perceber o mundo físico, não suprimiria o duro ambiente vivido pela mente consciente de estar impossibilitada de sentir fisicamente. Se o substantivo ambiente fosse meio, como sugerem dicionários, o verbo ambientar significaria só *passar a fazer parte do meio*, diferentemente do que consta nos mesmos dicionários.

Não podendo compreender que ambiente só emerge na consciência que atribui significado ao estado e às partes do meio, a parte mais consciente desse meio assume que ambiente é o meio do qual não se sente parte. Não se reconhecendo também produtora do ambiente que atribui ao meio em estado (in)satisfatório, o ser ciente da insuficiência de ambiente encontra em evidentes estados do meio um meio para acomodar um confuso estado de consciência. A noção de ambiente materializado em árvores, solo, córregos e pássaros, como denunciado em Brügger (1999), leva à ingenuidade e à alienação. À ingenuidade porque leva à crença de que a questão ambiental tem solução pelo aumento do conhecimento sobre intrincadas relações entre componentes do meio; à alienação porque o humano passa a perceber-se vivendo em um ambiente, e não vivendo o ambiente que também ele faz emergir. Crer que um profundo conhecimento sobre componentes e processos de reprodução do meio donde emerge ambiente seja suficiente ao bom desempenho ambiental, equivale a crer que o desconforto ambiental associado a ruídos inoportunos poderia ser sempre e de todo superado pela melhor compreensão da propagação de ondas eletromagnéticas. A qualidade do

desempenho ambiental é essencialmente produto de comportamento. E saber mais não é tornar-se melhor ou promovedor de melhor ambiente; é só estar em melhores condições para qualquer das possibilidades de outro modo seria muito difícil explicar que o presidente da nação tecnologicamente mais desenvolvida não tenha subscrito o Protocolo de Kioto.

Evidentes relações entre concretos componentes – o meio – e seus abstratos produtos relacionais significantes – o ambiente – não reduzem o significado de dois substantivos àquele de um substantivo composto. A noção de Lar pressupõe a existência de uma casa, mas não pode ter seu significado reduzido ao do imóvel. Ninguém dirá que o empobrecimento de relações entre membros de uma família ameaça desestabilizar a casa, e muito menos se dirá da “casa-lar”. Melhorar o ambiente nessa casa demanda mais do que conhecer tudo da estrutura da construção e de quem nela vive; assim como para a questão ambiental, comumente referida como a necessidade de proteção do *meio-ambiente*, a parte do meio que mais demanda cuidado ainda é aquela portadora da consciência da necessidade de cuidados ambientais. Claro que não se pode negar um significado pretendido à expressão *meio-ambiente*. Mas quando se pode aceitar *meio-ambiente* com significado suficiente é porque então meio tem significado de estado, de ambiente, e não que ambiente tem significado de lugar, de meio.

Apesar do que já se disse, uma insuficiente distinção entre ambiente e meio donde pode emergir ambiente decorre, de fato, do estado de componentes (conscientes) do meio. Ocorre que em determinados meios ainda não se pode esperar emergir ambiente propício à compreensão do significado de ambiente; ou então para perceber o pensamento subjacente e orientador de uma visão-de-mundo que exclui o ser mais consciente do restante do meio; e ainda menos para compreender as implicações ambientais negativas da não superação dessa exclusão.

"Meio-ambiente" e o pensamento subjacente

Aristóteles situou o homem, e em especial o gênero masculino, como um ser superior. O pensamento de Descartes levou à percepção de que todos os humanos são seres especiais e com alma separável do corpo. O cartesianismo, bem aquém de Descartes, separou o ser especial do restante da natureza. Ainda temos mais facilidade em juntar lagartos e chimpanzés na mesma categoria de *animal*, do que reconhecer nossa espantosa semelhança com aquele outro primata. Nos habituamos de tal forma com o aviso "Cuidado(!), Curva perigosa" que alguns condutores habilitados e acidentados acabam crendo que a curva é causa do mau ambiente que sua imprudência promoveu. O ribeirinho pobre e desabrigado pela água da chuva atribui o ambiente que vive à vontade de Deus, enquanto a autoridade (ir)responsável assegura a todos que a enchente é resultado de água em excesso, e não de muita gente mantida em lugar inadequado. Alguns chegam mesmo a identificar no telefone pré-pago uma das causas do ambiente que vive o ser consciente da possibilidade de ser seqüestrado...

Assim como meio não é ambiente, o Ministério da Justiça ou o aparato do judiciário, por exemplo e apesar do que consta em dicionários, não são a justiça e é mesmo questionável que sempre possam promovê-la. Enquanto que constatar ambiente de justiça é quase sempre uma obviedade entre seres mais conscientes, as instâncias que comumente são referidas como justiça são, antes de tudo, meios que tratam de intrincados e nem sempre claros encaminhamentos para assegurar direitos instituídos pelo argumento. E como já apontava Blaise Pascal há mais de três séculos, não é a força do argumento que tem estado nas mãos e a serviço da justiça, quanto esta tem resultado nas mãos daquela.

"... não se pôde dar força à justiça, porque a força contradisse a justiça e disse que ela era injusta, e disse que era ela, a força, que era justa. E assim, não podendo fazer com que o que é justo fosse forte, fez-se com que o que é forte fosse justo" (Pascal, 2001 p.36).

Há mesmo quem defenda que a força do direito de portar uma arma de fogo é um justo exercício de cidadania, independentemente de ambientes que podem emergir num meio de muitos armados e eventuais transgressores de direitos. muitas vezes num impróprio e ilegal exercício de força na busca de justiça.

Garantir direitos legais pode ser tão diferente de procurar justiça quanto impor é de esperar. Ambiente é tão distinguível de meio quanto podem ser distintos os ambientes que podem ser vividos em um mesmo lugar. Justiça não é produto do exercício do direito quanto resulta do exercício do dever. E bom ou mau ambiente não remete tanto à presença ou estado de determinado componente no meio, quanto é produto de significados atribuídos ao resultado de relações entre componentes. Ter-se tomado a prática do direito por força de lei como promoção de justiça tem permitido à força o direito de “atar as mãos” de pressupostos justos. Perceber ambiente externo ao ser consciente pode ser, também em decorrência da prática de pressupostos direitos, a maior de todas as ameaças a um adequado encaminhamento da questão ambiental.

Ambiente e linguagem

Como apontou Diamond (1997), o surgimento da rica e sonora linguagem da fala foi determinante para o aparecimento da impressionante inventividade do *Homo sapiens*. Foi em muito dessa inventividade que surgiu a engenhosidade e as necessidades que aceleraram o processo de degradação do meio – e que é mesmo apropriado associá-lo à degradação ambiental, haja vista que é a partir de relações entre componentes do meio em quaisquer estados que ambiente pode emergir em consciências que atribuem significado aos mesmos. A linguagem da fala em muito nos permitiu, como espécie, emergir inventivos. Inventivos, alguns espécimes aceleraram **uma** entre muitas possibilidades de evolução cultural. A evolução, como bem aponta Gould (1992 Cap.4), não tem compromisso com o melhor, e sim com os adaptados. Os mais

adaptados, que então de fato são os mais evoluídos, revelam-se ainda mais inventivos, especialmente em canalizar oportunidades pelo uso de linguagem. Vivemos a era da comunicação: uma oportunidade à evolução pelo aguçamento de distinção entre (ainda) semelhantes que dizem ou que pensam ter semelhantes interesses. Para as possibilidades de emergência generalizada de bom ambiente, num meio que tem sido direta ou indiretamente dilapidado principalmente por aqueles que ainda vivem o melhor ambiente, pouco pode haver de mais insustentável do que a leveza de discurso de *desenvolvimento sustentável*.

Dada a degradação ambiental em maior parte promovida por uma inventividade (esperta), que a sofisticada linguagem possibilitou, impõe-se garantir que uma mesma inventividade dos mais bem adaptados não promova uma sofisticada linguagem capaz de agradar também ingênuos que, em grande parte por causa dos bem adaptados, não logram mudar os pobres ambientes que vivem. Todavia não há como civilizadamente opor-se a uma indesejável possibilidade ao alcance da inventividade no uso da linguagem, sem que se recorra ao uso da mesma. Mesmo que estejamos habituados à idéia de que antes vem o pensamento, depois a palavra e finalmente a ação, qualquer produto de pensamento que possa ser proposto como uma solução não apenas tem na linguagem uma condição a sua emergência, como só pode ser compartilhado através de um adequado uso de linguagem. Enfim, bem ou mal, pensa-se, aqui, em Português.

Mães, quando falam sobre o ambiente que os filhos podem frequentar, normalmente não se referem ao estado do meio no qual seus filhos podem se encontrar, e sim ao significado do que se pode viver nesse e em outros meios. Ocorre que mãe não pode errar.

Claro, tudo o que se disse é só conceitual. Mas é na percepção dos seres conscientes que reside o significado das coisas. Mudanças conscientes não ocorrerão sem a evolução conceitual que as inspiram. não importa em qual grau de consciência e qual complexidade conceitual. À questão ambiental,

uma necessária mudança está na evolução de um conceito: o de *meio-ambiente* (ambiente materializado) para o puro conceito de ambiente (relacional). "... a compreensão de que mudanças evolutivas [relevantes] não podem ser impedidas por atividades políticas em curto prazo fornece a nossa mais robusta esperança para o futuro" (Capra, 1982 p.410). Mas evolução é só mudança; por isso, só esperança.

Referências bibliográficas

- Brügger, P. **Educação ou adestramento ambiental?** 2ª ed. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999. 159p.
- Comte-Sponville, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes.** São Paulo: Martins Fontes, 1998, 392p.
- Capra, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1982, 447p.
- Damásio, A. R. **O erro de Descartes.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 330p.
- Diamond, J. A evolução da inventividade humana. In.: **"O que é vida?" 50 anos depois.** São Paulo: Ed. Unesp, 1997, 221p. Cap. 4
- Gould, S.J. **Viva o brontossauro.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 525p.
- Pascal, B. **Pensamentos.** São Paulo: Martins Fontes, 2001, 441p.